Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Geociências

Departamento de Geografia

Romulo de Oliveira Costa

As diferentes interpretações sociais acerca do memorial das vítimas da ditadura militar no cemitério de Ricardo de Albuquerque – Rio de Janeiro/RJ.

Rio de Janeiro

Abril, 2014

Romulo de Oliveira Costa

As diferentes interpretações sociais acerca do memorial das vítimas da ditadura militar no cemitério de Ricardo de Albuquerque – Rio de Janeiro/RJ.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre ao curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Área de concentração: Organização e gestão do território.

Orientador: Prof. Dr. Scott William Hoefle

Rio de Janeiro

Abril de 2014

Romulo de Oliveira Costa

As diferentes interpretações sociais acerca do memorial das vítimas da ditadura militar no cemitério de Ricardo de Albuquerque – Rio de Janeiro/RJ.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre ao curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Federal do Rio de Janeiro. Área de concentração: organização e gestão do território.

Aprovada em Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Scott William Hoefle (Orientador)

_____

Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro

_____

Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro

Rio de Janeiro

Abril de 2014

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia às seis pessoas mais importantes na trajetória tortuosa trilhada até o presente momento referente à conclusão de mais uma etapa em minha vida. São estas pessoas: meus queridos pais, Maria Antonia de Oliveira e Luiz C. de C. Costa, meus avós, João Costa e Regina C. de C. Costa (*in memorian*) e, por último, porém não menos importante, meus irmãos, Ramon de O. Costa e Rafael de O. Costa.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de beleza sincera e reconhecimento da importância de pessoas próximas em nossas vidas. Os laços fraternais são construções transversais simbólicas, pois são efetivados no passado, presente e futuro. Desde o primeiro momento de vida é necessário agradecer. Por isso, inicio meus agradecimentos a um ser superior que me acompanha sempre: Deus. Agradeço a Deus por sua onipotência, dom divino e supremo e, por ter posto em meu caminho de pedras inquietantes os seres humanos mais belos que conseguira escolher.

Agradeço a minha querida e adorável mãe, Maria, pela paciência e compreensão nos períodos mais difíceis e de ansiedade que vivi, além dos seus sábios conselhos para toda uma vida. Agradeço ao meu pai, Luiz, por ter me mostrado o caminho do bem e contribuído para formar o caráter do homem que hoje sou. Agradeço a minha avó, Regina *(in memorian)*, que creio estar muito feliz em algum lugar especial, pois mesmo distante, está assistindo seu neto mais velho formar-se, após valorosas contribuições de sua parte em minha trajetória escolar, fruto da importância que despendia aos estudos. Agradeço ao meu avô, João, por momentos divertidos e pelos ditos populares sempre recorrentes em minha fala. Agradeço a minha bisa do coração, Dona Cremilda, por ter sido uma mulher a frente do seu tempo e contribuído para a minha formação pessoal. Agradeço aos meus irmãos, Ramon e Rafael, por terem me dado a oportunidade de experimentar, ao menos um pouco, o sentido da palavra pai. Podem não ser meus filhos biológicos, mas os tenho como filhos do coração.

Agradeço a minha madrinha, Cleonice, por sua preocupação direcionada a mim, principalmente em datas importantes da minha vida. Agradeço a uma segunda avó, Dona Nehy, pelas tardes de conversa quando mais precisava. Agradeço, em especial, aos meus tios Robson e Gisele, a minha prima Maria Aparecida, aos meus antigos professores e demais familiares.

Agradeço aos amigos geográficos, tanto da graduação quanto do mestrado, que se tornaram amigos da vida. São eles: Rodrigo, Ivan, Ana Carolina, Evanize, Luciana, Karen, Philipp, Sandro, Mauro, Vinicius, Roberto, Hilton, Eric, Adriano, Mariana, Jardel.

Faz-se necessário agradecer aos mestres universitários que foram importantes em minha vivência acadêmica.

Agradeço ao Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro por todos os seus livros a mim emprestados. Agradeço por sua simpatia, o acho de um sensor de humor inigualável. Agradeço pelos seus conselhos acadêmicos em minha formação, através do estímulo à leitura e a insistência na continuação dos meus estudos no doutorado. Agradeço também pelas suas aulas que proporcionam um importante enriquecimento cultural e científico.

Agradeço ao Prof. Dr. Ulisses Fernandes da Silva, que apesar de tê-lo conhecido há pouco tempo, fez-se importante no final da minha trajetória de graduação. Agradeço por sua paciência em escutar minhas dificuldades no caminho teórico escolhido para a dissertação e pela bibliografia a mim sugerida.

Agradeço ao Professor Rafael Winter Ribeiro pela sua colaboração na minha qualificação, sugerindo textos excelentes acerca da discussão sobre lugares de memória. Contribuição de suma importância para o andamento da dissertação aqui entregue.

Agradeço ao Prof. Dr. Glaucio José Marafon, por estes anos de vivência diária. Por ter me recebido de braços abertos em seu núcleo de pesquisa, proporcionando meu enriquecimento acadêmico. Agradeço por ter me conduzido em um caminho curricular importante, através de leituras de suma importância na Geografia, que jamais as teria nas aulas da graduação e mestrado.

Por último, agradeço ao meu orientador, o Prof. Dr. Scott William Hoefle, por ter me recebido como orientando na UFRJ, instituição que até o ano de 2012 era desconhecida por mim. Obrigado por suas contribuições e sugestões, ao longo da minha trajetória no mestrado, sinto-me honrado em ser seu orientando. E, claro, pelas dicas de viagens culturais e de vinho também.

RESUMO

COSTA, Romulo de Oliveira.As diferentes interpretações sociais acerca do memorial das vítimas da ditadura militar no cemitério de Ricardo de Albuquerque – Rio de Janeiro/RJ . 94f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

A presente pesquisa configura-se em uma dissertação de conclusão de mestrado em Geografia que busca entender a intrínseca relação entre o fenômeno simbólico e o conceito de espaço da morte. Para tanto, adentraremos em um terreno fértil de análise que compreende os estudos sobre cemitérios, a fim de verificarmos sua importância para a sociedade atual. Em especial, será analisado o recorte espacial concernente ao cemitério de Ricardo de Albuquerque, presente na periferia da urbe do Rio de Janeiro. Buscaremos compreender como o memorial das vítimas da ditadura militar, inaugurado em 2011, se apropria de sua paisagem, ocasionando importantes alterações locais, como mudanças nos contextos de arquitetura, novos sentimentos criados em relação a este espaço e, como os diferentes grupos sociais relacionam-se com o monumento em questão (memorial). Posto isto, nos utilizaremos de Bourdieu (1989), Claval (1999), Corrêa (2005, 2008), Kong (2003), Nora (1981), entre outros autores, para referendarmos o simbolismo que os seres humanos criam a partir de suas formas espaciais, transformando-as em formas simbólicas espaciais.

Palavras-chave: cemitério; espaço da morte; Ricardo de Albuquerque; memorial; ditadura militar.

ABSTRACT

This study sets up on a dissertation completed Masters in Geography that seeks to understand the intrinsic relationship between the phenomenon and the concept of symbolic space of death . To do so , adentraremos in a fertile ground for analysis comprising studies of cemeteries , so as to check its relevance for today's society . In particular, it will analyze the spatial area concerning the cemetery Ricardo de Albuquerque , on the outskirts of this metropolis of Rio de Janeiro . Seek to understand how the memorial of the victims of the military dictatorship , opened in 2011, appropriates its landscape , causing significant local changes , such as changes in the contexts of architecture, created new feelings regarding this space, and how different social groups relate is concerned with the monument (memorial) . That said , we will use the Bourdieu (1989) , Claval (1999) , Cooke (2005, 2008) , Kong (2003) , Norris (1997) , among others, to the symbolism of note that humans create from their spatial forms , transforming them into spatial symbolic forms .

Keywords : cemetery , death space ; Ricardo de Albuquerque ; memorial ; military dictatorship .

.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Os limites territoriais do bairro de Ricardo de Albuquerque **36**

Figura 2 – O memorial das vítimas da ditadura militar no cemitério de Ricardo de Albuquerque: lugar de memória **63**

Figura 3 - Organização interna do cemitério de Ricardo de Albuquerque **68**

Figura 4 – Localização espacial do memorial das vítimas da ditadura militar no cemitério de Ricardo de Albuquerque – Rio de Janeiro/RJ.....**70**

Figura 5 – Memorial em xeque: os militantes políticos homenageados.....**74**

Figura 6– Demarcação espacial do memorial das vítimas da ditadura militar **75**

ÍNDICE DE QUADROS, MAPAS E TABELAS

Mapa 1 – Localização dos cemitérios na cidade do Rio de Janeiro **49**

Tabela 1 – Cemitérios do Rio de Janeiro, segundo razões para sua existência **26**

Tabela 2 – Os catorze militantes comunistas identificados no cemitério de Ricardo de Albuquerque **37**

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CISA	Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações
EUA	Estados Unidos da América
GTNM	Grupo Tortura Nunca Mais
ONU	Organização das Nações Unidas
RJ	Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade do Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1. A CULTURA ENQUANTO COMPONENTE SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM OS CEMITÉRIOS 18

1.1. A Nova Geografia cultural e os estudos acerca da imaterialidade no espaço: a cultura como componente social **19**

1.2. Os cemitérios versus os espaços dos vivos: alguns estudos sobre cemitérios no campo da Geografia **24**

1.3. O golpe militar e a alteração das práticas sociais nos cemitérios periféricos da urbe carioca **31**

2. AS FORMAS SIMBÓLICAS ESPACIAIS E OS LUGARES DE MEMÓRIA..... 38

2.1. O que são formas simbólicas espaciais? **40**

2.2. Cemitério: uma importante forma simbólica espacial **49**

2.3. Os lugares de memória: a associação direta com o contexto de celebração, contestação e exaltação do passado **58**

3. AS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES DO MEMORIAL DAS VÍTIMAS DA DITADURA MILITAR NO CEMITÉRIO DE RICARDO DE ALBUQUERQUE – RIO DE JANEIRO/RJ..... 65

3.1. Breve histórico da formação do bairro e a construção do cemitério **66**

3.1.2. A luta pela construção do memorial em xeque: Por que Ricardo de Albuquerque?..... **73**

3.2. As interpretações sociais de familiares e da população do entorno acerca do memorial **77**

CONCLUSÃO – CONSIDERAÇÕES FINAIS 83

REFERÊNCIAS 88

ANEXO A – Roteiro elaborado para o entendimento da lógica sócio-espacial do cemitério de Ricardo de Albuquerque.....**93**

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui proposto vem no intuito de tornar-se pioneiro nos estudos geográficos, ao abordar a expressão do simbolismo na análise do cemitério de Ricardo de Albuquerque, presente na urbe carioca, mais especificamente na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. O simbolismo está circunscrito na alteração da organização espacial interna do cemitério em questão, com a construção do memorial das vítimas da ditadura militar, como forma simbólica espacial de resgate da memória coletiva de um período da história brasileira, o regime militar, que perdurou no país durante duas décadas, no decorrer do século XX.

Neste sentido, adentra-se a discussão de Bourdieu (1989) acerca da concatenação do poder simbólico exercido pelos diferentes grupos sociais, além das suas próprias interpretações sobre determinada forma simbólica. Posto isto, o memorial das vítimas da ditadura militar torna-se o objeto central de estudo desta pesquisa na perspectiva de interpretação dos familiares dos militantes mortos homenageados no mesmo, bem como da própria população do entorno.

A forma espacial só torna-se simbólica quando o grupo social a dota de algum sentido seja este de contestação, memorialização ou celebração. O memorial das vitimas da ditadura militar oferece um misto de sentidos e sentimentos, visto permitir aos estudos geográficos um amplo campo de análise, onde se busca apreender as linhas de interpretação dos grupos sociais que se relacionam com esta forma simbólica, bem como por sua política locacional, dentro da lógica de poder estabelecida pela sociedade.

Neste campo de análise da interpretação espacial, aqui com o qualificativo de paisagem da morte, ainda podemos trazer à luz Stuart Hall, que em 1987, lança sua tese acerca da interpretação da paisagem, a qual segundo este autor estaria balizada em três maneiras diferentes: a reflexiva, a intencionalista e a construcionista. Para este trabalho, adotaremos a forma construcionista, onde Hall aceita a noção de polivocalidade, ou seja, múltiplas vozes, afirmando que os grupos sociais interpretam a mesma paisagem ou espaço de formas diferentes, de acordo com suas matrizes culturais.

Destarte, a questão central que se coloca para o cemitério de Ricardo de Albuquerque é a seguinte: Como os diferentes grupos sociais interpretam o espaço da morte pós-implementação do memorial das vítimas da ditadura militar? Como questões secundárias, temos: Por que a implantação do memorial no cemitério em questão? Quais foram as transformações internas no cemitério de Ricardo de Albuquerque após a implantação do memorial? Quais mudanças na escala relacional do cemitério em questão após alocar o memorial das vítimas da ditadura militar?

Visto o supracitado, o objetivo central do trabalho será interpretar como os diferentes grupos sociais (familiares e população do entorno) se relacionam com o memorial das vítimas da ditadura militar no cemitério de Ricardo de Alburquerque, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Como objetivos específicos, temos:

1° analisar a importância ou não da localização do memorial descrito no cemitério de Ricardo de Albuquerque;

2° compreender as principais mudanças na organização interna do cemitério de Ricardo de Albuquerque após a implantação do memorial;

3° entender as mudanças da escala relacional do cemitério de Ricardo de Alburquerque, sobretudo em relação às outras localidades da urbe carioca.

A justificativa para a pesquisa reside no fato desta ser singular e pioneira nos estudos sobre cemitérios no Rio de Janeiro enquanto formas simbólicas espaciais. Posto isto, torna-se necessária a ampliação dos estudos dentro desta temática da Nova Geografia Cultural, buscando a compreensão de como os diferentes grupos sociais podem interpretar o mesmo espaço, neste caso modificado pela implantação de um monumento, fruto de suas relações com as matrizes culturais que lhes são comuns. O cemitério torna-se assim uma rica fonte de análise do comportamento social do espaço dos vivos e, como estes influenciam no espaço dos mortos. Os procedimentos operacionais e o debate teórico-conceitual que virão a seguir buscarão balizar esta discussão, no interior do aporte teórico necessário para o prosseguimento da pesquisa aqui posta.

Como forma de operacionalização, a dissertação foi construída baseando-se na bibliografia anterior à temática. A bibliografia foi buscada em livros acadêmicos, resenhas, artigos científicos e dados oficiais de entidades nacionais e supranacionais. Todos constituem o que chamamos de dados secundários, pois emanam de fontes intelectuais e oficiais.

No que tange aos dados primários, a dissertação se valeu, principalmente, do trabalho de campo realizado no mês de janeiro de 2014, onde foram extraídas informações sobre a realidade sócio-espacial do cemitério de Ricardo de Albuquerque através de entrevistas direcionadas aos moradores locais, além das entrevistas realizadas durante o mestrado voltadas aos familiares dos mortos homenageados no memorial em questão.

Tais entrevistas tinham o objetivo de compreensão das práticas sociais realizadas pelos familiares, tendo como tema central a associação dessas práticas com a instalação do memorial, ou seja, como estes enxergam e compreendem esta forma simbólica espacial, além, é claro, de suas lutas pessoais em relação às atrocidades e torturas cometidas pelos militares contra seus entes queridos. A estrutura das entrevistas consistia, sobretudo, em perguntas direcionadas aos grupos sociais citados, a fim de entender a dinâmica interna do cemitério de Ricardo de Albuquerque, conforme pode ser analisado no anexo A deste trabalho, bem como a relação e espraiamento espacial deste memorial.

Nesse contexto é de relevância entender a dinâmica da escala geográfica que envolve os processos e fatos atuais. É Castro (2002) que nos traz à memória esta importância de enxergar a escala enquanto um problema epistemológico derivado da ausência de um conceito específico para a Geografia, onde a escala geográfica adentraria como forma de entendimento no que tange aos diferentes fenômenos espaciais, aqui em específico, a alocação/instalação do memorial das vítimas da ditadura militar.

Portanto, as entrevistas foram realizadas em localidades diferentes no interior da urbe carioca, em especial, as localidades de Ricardo de Albuquerque e Tijuca, onde residem alguns familiares das vítimas do regime militar, no Rio de Janeiro, além de cidades do Nordeste, como Recife e Salvador, além de Copenhagen, na Dinamarca, via

espaços virtuais. Esta forma de operacionalização teve como objetivo verificar as diferenças de visões e sentimentos/sentidos propiciados pelo memorial.

Todas as informações foram compiladas a fim de gerar tabelas e quadros que corroborassem com a realidade descrita, ao longo do trabalho. Ademais, teve-se a utilização de figuras e mapas acerca da localização espacial, da infraestrutura do memorial, das transformações ocorridas nos últimos anos, da diferenciação interna do cemitério de Ricardo de Albuquerque e da dualidade visionária de moradores e familiares sobre esta forma simbólica espacial, o memorial.

A dissertação está devidamente dividida em três capítulos, os dois primeiros subcapítulos com três segmentações e o último com duas.

O primeiro capítulo discute a cultura enquanto um fenômeno contemporâneo de suma importância. Posto isto, o capítulo está dividido em três partes principais:

1.1. – discussão do fenômeno cultural ao decorrer de sua história, como mais um componente e recurso do modo de produção capitalista, demonstrando sua importância na atualidade para grande parcela da humanidade, mas com enfoque principal na corrente do pensamento geográfico, denominada Nova Geografia Cultural;

1.2. – analisa os cemitérios, ou melhor, espaços da morte e sua apropriação e aproximação com a ciência geográfica, que empresta seus conceitos-chaves para o melhor entendimento do primeiro, principalmente através da configuração mais explícita deste espaço: a paisagem da morte;

1.3. – analisa o golpe militar ocorrido no Brasil, em 1964 e, suas implicações socioespaciais na urbe carioca. De maneira mais direta, tais implicações são direcionadas no subcapítulo às alterações sofridas pelos cemitérios da periferia da urbe carioca pela lógica militar de outrora.

O segundo capítulo busca compreender a construção do conceito de formas simbólicas e sua relação com os lugares de memória. Para tanto, o capítulo está dividido em três partes:

2.1.- investiga a construção conceitual de forma simbólica espacial, tendo como ponto inicial obras do início do século XX, perpassando pela discussão nas diferentes áreas

científicas, até adentrar definitivamente na ciência geográfica, sobretudo nos trabalhos da Nova Geografia Cultural;

2.2.- infere a relação do conceito de formas simbólicas com os cemitérios, como espaços dotados de diferentes tipos de sentidos e sentimentos humanos, buscando entender o fascínio, medo, entre outros sentimentos, exercidos nos seres humanos pelo consumo das paisagens da morte, que são visitadas em diferentes épocas do ano, sobretudo nos enterros e comemorações específicas, como o dia dos mortos;

2.3. – analisa o memorial das vítimas da ditadura militar como um lugar de memória, nos sentindo de resgate de uma memória social esfacelada advinda do período do regime militar brasileiro. Neste sentido, utilizam-se as obras de Norra e Le Goff, principalmente.

O terceiro e, último capítulo, tenta entender dentro dos nossos limites de análise, a construção histórica do cemitério de Ricardo de Albuquerque, alternando períodos de usos diversos, principalmente entre o período delimitado pela inauguração do cemitério e seu crescimento no século XX até o período marcado pela instalação do memorial, no ano de 2011. Portanto, o capítulo encontra-se dividido em três partes:

3.1. – analisa o cemitério de Ricardo de Albuquerque historicamente, desde seu processo de construção, passando pelo seu crescimento e expansão no decorrer do século XX, bem como sua relação com o modelo colonial de sociedade que perdurou no Brasil e, a importância da construção da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, para os enterros dos grupos sociais menos abastados;

3.1.2. – investiga a dinâmica atual do cemitério, a partir do ano de 2011, que acaba por incidir em suas próprias bases de recriação simbólica, pois se sabe que ao alterar espaços, antes concebidos de uma dada maneira pelos grupos sociais, pode provocar novos sentidos para a população do entorno e os grupos de familiares, aqui em específico;

3.2. – neste subcapítulo, em questão, são utilizadas as entrevistas para tentar dar cabo à análise que se faz das interpretações sociais acerca do memorial das vítimas da ditadura militar, demonstrando como uma mesma forma simbólica pode provocar em grupos

sociais diferentes sentimentos e sentidos diferentes, no que tange às suas matrizes culturais e construção enquanto grupo.

Portanto, esperamos que o trabalho provoque o efeito necessário e seja de relevância para a comunidade científica. E para, além disso, que a dissertação cumpra com seus objetivos descritos da melhor maneira possível e, também, corrobore para os pilares da construção ideológica da universidade conjugando ensino, pesquisa, extensão e cultura.

CAPÍTULO 1: A CULTURA ENQUANTO COMPONENTE SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM OS CEMITÉRIOS

Por anos, a cultura esteve relegada ao segundo plano nos estudos geográficos. É a partir das mudanças de base científica, sobretudo na segunda metade do século XX, que a cultura volta a permear as diferentes análises da Geografia, buscando uma ampliação na compreensão das diversas realidades socioespaciais. A cultura, enquanto um componente social é polissêmica, ou seja, possui vários sentidos e, aqui em específico, a abordaremos nos estudos da chamada Nova Geografia Cultural.

Sobremaneira, a ciência geográfica perpassou por diferentes paradigmas ao longo de sua existência enquanto ciência. Logo, após a década de 1970, com a incorporação da hermenêutica e da fenomenologia aos estudos científicos das ciências humanas, a geografia altera suas bases de estudos, trazendo a dinâmica cultural aos seus trabalhos. Na dita Nova Geografia Cultural, há uma ênfase nos estudos culturais associados ao urbano e, demonstrando, como a cultura pode ser um dos componentes espaciais, criando e recriando o espaço geográfico.

Assim sendo, os cemitérios encontram-se diretamente ligados às matrizes culturais de uma sociedade. Pois se sabe que são estas matrizes que vão permitir a culminância relacional dos grupos sociais com seus espaços da morte, demonstrando seus sentimentos, alterações destes espaços e sentidos. Os cemitérios tornam-se assim,

um rico campo, para entender como tal sociedade se comporta, pois a relação dos vivos com os espaços da morte viabiliza entender suas crenças, mitos, medos, entre outros.

Em específico, o cemitério de Ricardo de Albuquerque será aqui analisado devido às suas mudanças conjunturais, sobretudo no decorrer das décadas de 1960, 1970 e 1980, onde perdurava o regime militar brasileiro. Assim sendo, será destrinchado no capítulo a seguir essa relação entre o golpe militar brasileiro e as alterações nos cemitérios periféricos da urbe carioca, com ênfase nas formações de valas clandestinas, com enterros genocidas de indigentes assassinados pelos militares, que culminará anos depois, mais especificamente em 2011, na instalação do objeto central desta pesquisa: o memorial das vítimas da ditadura militar no cemitério de Ricardo de Albuquerque.

1.1. A Nova Geografia cultural e os estudos acerca da imaterialidade no espaço: a cultura como componente social

Um breve adendo torna-se importante no entendimento da relação entre cultura e espaço, anteriormente à institucionalização da Geografia. Desde a Antiguidade, baseado nas ideias de Aristóteles, o ser humano passou a entender que não existe mundo sem formas, ou seja, o aspecto visível do espaço. Estas formas, em um primeiro momento, eram associadas aos fenômenos da natureza. Uma natureza mágica, como bem analisou Luchiari (2001), dotada de mitos e crenças, como nos reforça Coriolano (2001).

Mas é nas artes que a paisagem, como sentido de espaço, passa a ser retratada com divindade. Principalmente na Europa, durante o Renascimento, os movimentos artísticos emergiam, fazendo com que cada vez mais a paisagem fosse abordada nas telas de pintura, demonstrando a relação entre o homem e seu ambiente, como nos afirmou Cosgrove (1998), no âmbito da construção do espaço geográfico. As paisagens mesclavam elementos do sagrado (anjos, Deus etc) e elementos do profano (nu artístico, por exemplo), tomando por base as ideias de Rosendhal (1999). Para tanto, é Luchiari quem afirma “até o século XVIII, a paisagem era, portanto, sinônimo de pintura. Assim,

foi na mediação com a arte que o sítio – o lugar – adquiriu estatuto de paisagem.” (LUCHIARI, 2001, p.15).

Posto isto, Berdoulay aponta

> O olhar geográfico nos indica que essas práticas têm uma dimensão espacial, que requerem uma organização de territórios ou uma interação com o meio ambiente, levando a uma adaptação deste ou à sua transformação. O estudo da relação da diversidade cultural com o espaço constitui uma fonte viva do pensamento geográfico, como observado desde a Antiguidade Grega (BERDOULAY, p. 101-102, 2012).

A Geografia Cultural enquanto campo de análise remonta ao próprio período de formação da geografia. Segundo (CLAVAL, 1999 apud CORRÊA, 2008) a geografia cultural tem suas origens por volta de 1890, no âmbito da própria formação da geografia, no bojo da qual debatia-se, particularmente na Alemanha, os caminhos a serem seguidos, visando estabelecer a identidade da geografia.

Segundo Claval (1999), a primeira fase da geografia cultural estende-se de 1890 até 1940, sendo primeiro na Alemanha, posteriormente na França e, logo após, já na década de 20, nos Estados Unidos. Neste primeiro momento, a geografia cultural caracterizava-se por opor-se ao determinismo ambiental, com estudos associados ao rural e ao passado, enfatizando a paisagem cultural, a região cultural e os gêneros de vida, os principais conceitos à época.

Corroborando com o exposto acima, temos o trabalho de Sauer intitulado “The morphology of landscapes”, em uma tradução literal, “A morfologia da paisagem”, de 1925, onde o autor descreve o processo de construção da paisagem cultural, a partir de uma paisagem natural, tendo a cultura como agente modificador desta (paisagem natural) resultando nas formas caracterizadoras da paisagem cultural em formação, no bojo da Escola de Berkeley.

Claval (1999) aponta que o período do século XX compreendido entre 1940 a 1970, demarcou a retração da geografia cultural. Em um primeiro momento, pelo crescimento da geografia regional e, posteriormente, pela expansão da revolução teorético-quantitativa na geografia. Esta retração perdurou até a segunda metade do século passado, quando houvera mudanças paradigmáticas na ciência geográfica, como a introdução de novos métodos de análise ou a retomada de antigos métodos, como exemplo o materialismo histórico-dialético, que combinado com as transformações após o fim da Segunda Guerra Mundial, a expansão capitalista e o crescimento urbano fizeram por provocar o retorno do interesse aos estudos culturais.

Segundo Scott

> O progresso acentuado da economia cultural capitalista pós-fordista nas últimas décadas faz-se evidente não apenas na expansão de muitas aglomerações de produção, antigas e novas, mas também nas significativas transformações das paisagens de partes das cidades selecionadas, e na revitalização de seu conteúdo simbólico. (SCOTT, 2001, p.9).

Posto isto, a geografia cultural recebe a alcunha de nova geografia cultural ou geografia cultural renovada, como aponta Claval (1999), Mitchell (2006), entre outros. Segundo Mitchell (2006, p.57) "... o que é importante neste ponto de trabalhos sobre estudos culturais – enfatizando cultura, sociedade, poder, dominação, resistência, estilo, consumo e ideologia- desenvolve-se nos anos 70 e, realmente ganha força na década de 80...". Prosseguindo na análise, a nova geografia cultural diferencia-se da Escola de Berkeley, de base saueriana, pois torna-se mais crítica, incorpora gradualmente o urbano às suas análises e dá ênfase às representações da espacialidade humana.

Segundo Corrêa (2003, p.167) "Do lado cultural, os geógrafos da Escola de Berkeley adotaram uma perspectiva antiurbana, enfatizando o rural, o passado e as sociedades primitivas ou atrasadas, pouco ou nada se interessando pelo urbano". Como aponta Corrêa (2003) o urbano incorpora-se à Geografia Cultural a partir da redefinição desta, como campo científico, onde se combinam matrizes diferentes, passando a constituir o que Duncan (2000) denominou de heterotopia epistemológica.

Por assim saber, a Geografia Cultural ainda é um campo da ciência geográfica em expansão no ambiente acadêmico. O surgimento de novos temas e quebras paradigmáticas permitiu a este campo científico novas maneiras de análise e interpretação dos seus principais autores. De uma Geografia Cultural Saueriana, balizada na Escola de Berkeley, no início do século XX, até à Nova Geografia Cultural, emergente na década de setenta do século passado, muitas foram as mudanças.

É possível que este fenômeno esteja ligado aos processos por que a ciência, de forma geral, passou após a década de 70 do século XX. Imbuídas de novos caminhos, como a Fenomenologia e a Hermenêutica, a ciência geográfica conheceu uma nova configuração de seus subcampos de estudos. É esta nova fase da Geografia, que Corrêa assinala da seguinte maneira "caracteriza-se esta por incluir, além dos estudos sobre a dimensão material da cultura, caracterizadora da fase inicial da geografia cultural (1890-1940), os estudos sobre a dimensão não-material da cultura." (CORRÊA, 1999, p.8). Assim, temas diversos passam a ser abordados por diferentes geógrafos. Entre os temas, destacam-se: a religião, o turismo e o simbolismo, que escaparam das matrizes positivistas da ciência.

Entre os que se dedicaram aos estudos da Nova Geografia Cultural neste período, destacam-se: Denis Cosgrove (1989, republicado em 1998), Hans Bobek e Josef Schmithusen (1949, republicado em 1998), ou seja, geógrafos da escola inglesa de Geografia neste momento. Aqui, nos deteremos ao entendimento deste segmento da ciência geográfica à época, demonstrando a relação entre a cultura e o espaço.

Sobremaneira, é neste âmbito da Nova Geografia Cultural, que se circunscreve o presente trabalho, mais especificamente no subcampo denominado Necrogeografia, responsável pelos estudos dedicados aos espaços da morte. Os espaços da morte, em suma, resumem-se aos estudos sobre os cemitérios, em diferentes escalas. Considerados a partir da sua historicidade, em uma perspectiva da geografia histórica, os cemitérios ainda são pouco analisados enquanto formas simbólicas espaciais fixas, a qual se propõe este trabalho.

Segundo Corrêa

> As formas simbólicas tornam-se formas simbólicas espaciais quando diretamente relacionadas ao espaço, constituindo-se em fixos e fluxos, isto é, localizações e itinerários. Palácios, templos, cemitérios, memoriais, estátuas, obeliscos, shopping centers, parques temáticos, rios, montanhas, procissões, desfiles e paradas são exemplos de fixos e fluxos que podem ser vistos como formas simbólicas espaciais, distintas de uma jóia, um móvel ou uma vestimenta. (CORRÊA, p.3, 2009).

Como escala absoluta, o cemitério aqui analisado como forma simbólica espacial será o cemitério de Ricardo de Albuquerque, localizado no bairro de mesmo nome, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, este cemitério aloca no seu interior outra forma simbólica, o memorial das vítimas da ditadura militar brasileira. Neste sentido, a associação entre o cemitério e o memorial, demonstra como as formas simbólicas espaciais são influenciadas por atributos e fatos anteriores à sua instalação em determinado espaço, bem como influencia este (espaço), trazendo novas representações, signos e significados ao mesmo espaço.

Posto isto, é Berdoulay quem afirma “De um ponto de vista geográfico, o patrimônio tem uma localização ou uma inscrição espacial, mesmo no caso do patrimônio dito ‘imaterial’. Nesse sentido, ele corresponde à expressão concreta do trabalho de memória que fazem as sociedades” (BERDOULAY, p.122, 2012). Ou seja, as sociedades criam patrimônios e monumentos que refletem o perpassar cultural, imaterial e simbólico entre diferentes gerações de um mesmo grupo social.

Sobremaneira, o espaço apresenta em sua construção enquanto conceito uma forte distinção entre individualidade e coletividade ou generalidades. Distinção de suma importância, também, para a discussão simbólica cultural, pois se sabe que é o imaginário social que dota de sentido um dado patrimônio ou monumento fazendo-o enquanto notável recurso simbólico, de memorialização ou contestação para uma sociedade. Portanto, Berdoulay afirma

> Todavia, é possível obter uma abordagem mais analítica concentrando-se sobre o referencial que oferecem as ideologias para a ação. Quando um

> indivíduo precisa tomar uma decisão, ele se apoia em valores disponíveis em sua cultura: são ‘referentes ideológicos (BERDOULAY, p.113, 2012).

Ainda neste campo de análise e complementando a discussão, Berdoulay aponta

> Embora sejam muito diferentes entre si, os referentes ideológicos entram na composição de sistemas de significação e ação que se manifestam na dinâmica da paisagem. Observados um a um, esses referentes ideológicos parecem frequentemente contraditórios. Observados dois a dois, agem como forças opostas nas quais o indivíduo procura se situar (BERDOULAY, p. 114, 2012).

A esses referenciais ideológicos a que se referem Berdoulay (2012), baseado nas noções de Bourdieu, demonstram como há a expressão intrínseca entre a relação da cultura e o espaço. O espaço utiliza-se de referentes culturais impregnados nos grupos sociais para a sua construção. Há, neste sentido, poderes simbólico e ideológico escamoteados nesta relação da construção espacial, a partir da imaterialidade da cultura.

Os elementos espaciais tangíveis tem em sua base de concatenação a dinâmica imaterial e simbólica da cultura de um povo. Monumentos e patrimônios só fazem sentidos quando dotados de referenciais simbólicos que os permeiam, transformando-os em lugares de memória, espaços de densidade simbólica, tanto individuais quanto coletivos, visto que os indivíduos que são os componentes essenciais dos grupos sociais.

Posto isto, um monumento pode exercer em um grupo sentimentos diversos, como o aqui analisado, que será destrinchado no capítulo três, a partir da interpretação das entrevistas direcionadas aos familiares dos mortos na ditadura militar homenageados no memorial do cemitério de Ricardo de Albuquerque e, também, da própria população do entorno. Tais sentimentos podem perpassar pelo afeto, carinho, ódio, raiva, ou até mesmo, do simples desconhecimento da forma simbólica espacial.

O próximo subcapítulo irá cuidar em entender a relação dos espaços da morte com os espaços dos vivos, dentro de uma perspectiva de mudança nos estudos acerca dos cemitérios, no limiar da própria ciência geográfica. De uma lógica mais historicista

e higienista até aos trabalhos em que a ênfase cultural, tanto material quanto imaterial, tem destaque central na análise.

1.2. Os cemitérios versus os espaços dos vivos: alguns estudos sobre cemitérios no campo da Geografia

A Geografia é uma ciência que cuida em estudar, em suma maioria, a organização espacial, imbuída de seus fixos e fluxos, segundo Santos (2001). Neste sentido, os cemitérios representam uma singularidade no que tange à formação socioespacial, pela conexão existente entre as temporalidades da vida e da morte. Os fixos, representativos dos espaços da morte, também são compostos pelos indivíduos ali enterrados, além dos seus túmulos, que provocam a existência dos fluxos, que são representados pelos entes queridos que os visitam ou os enterram em um dado momento.

Posto isto, ao longo da história do pensamento geográfico, alguns foram os teóricos que se interessaram pela temática dos espaços da morte. De forma geral, estas pesquisas subdividem-se em dois campos principais: o primeiro representado por uma perspectiva historicista do cemitério, já o segundo representado pelos estudos dos espaços da morte com seus referenciais sociais, culturais, simbólicos e políticos, em uma perspectiva culturalista.

Neste contraponto de pesquisas sistemáticas da Geografia em relação aos cemitérios, temos como pioneiro nos estudos da organização espacial dos espaços da morte, o trabalho de William Pattison, já em 1955. Pattison (1955) analisa a organização espacial e o uso da terra, no que tange aos cemitérios já construídos e os em construção, na cidade de Chicago, nos Estados Unidos da América (EUA).

Logo, a partir deste enfoque, o mesmo autor salienta que os cemitérios surgem por cinco razões principais: demanda por acessibilidade, por distinção

religiosa, distinção de nacionalidade, negação ao enterro (grupos sociais), mudanças contextuais na arquitetura/decoração, conforme pode ser visto na tabela 1 abaixo, de acordo com a escala espacial da cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 1 – Cemitérios do Rio de Janeiro, segundo razões para sua existência.

Razões de existência	Nomenclatura dos cemitérios
Crescimento da demanda por acessibilidade	Cemitério do Cacuia (Ilha do Governador); cemitério de Irajá; cemitério do Catumbi; cemitério do Pechincha (Jacarepaguá); cemitério de Campo Grande; cemitério do Murundu (Padre Miguel); cemitério São João Batista (Botafogo); Cemitério São Francisco Xavier (Caju); cemitério de Santa Cruz; cemitério de Inhaúma; cemitério de Guaratiba; cemitério de Santo Antônio (Paquetá); cemitério de Ricardo de Albuquerque
Demanda de cemitérios por distinção religiosa	Cemitério comunal israelita; cemitério da venerável ordem terceira de São Francisco da Penitência;
Demanda de cemitérios por nacionalidades distintas	Cemitério comunal israelita; cemitério dos ingleses;
Negação ao espaço de enterro (grupos sociais)	Cemitério dos Pretos Novos (extinto – zona portuária);
Cemitério a partir da mudança contextual de arquitetura/decoração	Cemitério Jardim da Saudade (Sulacap – cemitério-jardim); cemitério parque Jardim da Saudade (Paciência – cemitério jardim); cemitério vertical memorial do Carmo (Caju - verticalização);

Fonte: PATTISON, 1955

Adaptado por COSTA, 2012

Trazendo ao objeto de estudo desta dissertação, o cemitério de Ricardo de Albuquerque, como salientado na tabela acima, surge a partir da demanda por acessibilidade, sobretudo das classes sociais menos favorecidas. Porém, com a implantação do memorial das vítimas da ditadura militar, no ano de 2011, o cemitério passa por mudanças contextuais de arquitetura/decoração na sua organização interna. Isto permite supor que diferentes grupos sociais, envolvidos na implantação deste memorial terão interpretações distintas sobre o mesmo espaço. Destacam-se, para fins de execução da pesquisa, dois grupos sociais principais: as famílias dos militantes políticos falecidos e a população do entorno. Posto isto, segundo Corrêa "Os monumentos – parafraseando Cosgrove (1998) – estão em toda parte, impregnando a

paisagem de símbolos; seus símbolos podem ser variáveis, denotando celebração, memorialização e contestação" (CORRÊA, p.10, 2005).

Traçando um paralelo com outros países da América Latina, que também perpassaram pelo regime militar, na segunda metade do século XX, temos a discussão de Bresciano (2009), que tendo permanecido na abordagem historicista, faz uma análise sistemática da memória reivindicativa e seus usos, no que tange à memorialização dos heróis da ditadura, a partir da construção de monumentos dedicados a este, similar à dinâmica de construção do memorial das vítimas da ditadura militar, em Ricardo de Albuquerque, somente anos depois do fim do regime militar, no caso da análise de Bresciano (2009), no Uruguai.

Para tanto, Bresciano afirma "Las víctimas del terror de Estado, por su parte, no reciben ningún reconocimiento en actos equiparables, durante los primeros gobiernos de la restauración democrática. Sin embargo, a mediados de la década del noventa, la situación comienza a cambiar" (BRESCIANO, 2009, P.216). "As vítimas do terrorismo de Estado, por sua vez, não recebem reconhecimento em atos comparáveis durante os primeiros anos de governos democráticos. No entanto, em meados dos anos noventa, a situação começou a mudar" (traduzido aqui). O mesmo ocorre com o reconhecimento das vítimas do Estado brasileiro, no caso específico aqui da pesquisa em curso, segundo os dados de Tortura Nunca Mais (2011), as ossadas, em Ricardo de Albuquerque, serão descobertas em 1992, com a construção do memorial à estas vitimas sendo realizada somente dezenove anos após.

Ainda complementando a discussão, Bresciano aponta

> El memorial implica un paso más en la búsqueda de mecanismos de reparación a las víctimas de una de las más graves violaciones a los derechos humanos. Se trata entonces, de coadyuvar en el proceso de construcción de la memória histórica de una nación. A través de esta reparación simbólica se procura, también, dejar testimonio de un período de nuestra historia y, con ello colaborar, en alguna medida, en la prevención de futuras violaciones. (…) Hoy cuando en el país se procura, desde todos los sectores de la sociedad, el camino de la paz a través del esclarecimiento de la verdad de lo

> ocurrido con lãs personas detenidas desaparecidas, el proyecto del memorial colabora a ello, transcendiendo la coyuntura y dejando un testimonio para las futuras generaciones. (*Memorial en Recordación de los Detenidos Desaparecidos*, 09/XII/2002). (BRESCIANO, 2009, p.216-217). O memorial significa um passo na busca de mecanismos de reparação às vítimas de uma das mais graves violações dos direitos humanos. É então, para auxiliar no processo de construção da memória histórica de uma nação. Através desta reparação simbólica é procurado, também, para deixar testemunho de um período da nossa história e, assim, contribuir de certa forma, na prevenção de futuras violações. (...) Hoje, quando o país procura de todos os setores da sociedade, o caminho da paz por meio do estabelecimento da verdade do que aconteceu com os detidos desaparecidos, o memorial do projeto trabalha para, transcendendo situação e deixar um testemunho para as gerações futuras. (traduzido aqui).

Ainda nesta perspectiva mais historiográfica do cemitério, temos na Geografia e ciências afins trabalhos como Rodrigues (1993), Costa (2003), Figueiredo (2011), entre outros. Tais trabalhos, em suma, analisando cemitérios no Brasil, abordam como estes se comportam ao longo da história nacional, perpassando por uma lógica cristã de ligação com a Igreja Católica até o século XIX, depois uma perspectiva higienista, até chegar aos séculos XX e XXI, onde estes se encontram mais afastados das aglomerações urbanas, localizando-se nas periferias citadinas.

Adentrando na abordagem dos espaços da morte a partir do enfoque mais culturalista, podemos citar os trabalhos de Francaviglia (1971), Mayo (1978), Kong (2003), Carballo (2012), entre outros. Destrinchando estes trabalhos e trazendo à discussão do memorial das vítimas da ditadura militar, Francaviglia afirma “Os estudos sociológicos provêm visões interiores sobre a morte, porém usualmente negligenciam as considerações espaciais e morfológicas de interesse dos geógrafos”. (FRANCAVIGLIA, 1971, pag. 501). Para tanto, este autor analisou o cemitério como uma paisagem cultural em evolução e, como os espaços da morte são uma rica fonte de

análise da realidade de um dado local, sobretudo a partir das transformações em seu arranjo espacial.

Já Mayo (1978) analisará especificamente os memoriais de guerra, nos Estados Unidos. Logo, Mayo aponta "... um memorial de guerra é uma forma de organização social e psicológica do espaço e seus artefatos para manter viva a memória das pessoas que participaram na guerra responsável por seu país". (MAYO, 1978, pag.62). Ainda neste campo de análise, Mayo afirma

> Os memoriais de guerra podem ser distinguidos não somente por sentimentos ou utilidades, mas também pelos seus fins sociais. Pessoas selecionam as formas do projeto social em relação às demais, e estas escolhas expressam uma seleção hierárquica de valores humanos. (MAYO, 1978, p.64).

Tendo o exposto, os memoriais recebem significação a partir da eleição do grupo social que o associa a algum fato ou evento importantes ocorridos, em outrora. Os memoriais expressam assim, em locais considerados sagrados, como os cemitérios, hospitais, parques, um retorno ao passado, mesmo no espaço-tempo presente, fazendo com a memória social torne-se cada vez mais profícua e sensível aos indivíduos pertencentes a cada grupo social com seus respectivos símbolos.

Posto isto, Mayo ainda afirma

> Escolas, parques, hospitais e, cemitérios são locais aceitos para os memoriais, porém locais de usos sujos (alagados, com esgoto e de deposição de lixo) não o são. Existem duas razões para esta divisão de funções. Primeiro, estes memoriais podem transmitir honra, como uma longa comemoração, em lugares agraciados com uma função social. Segundo, honra não pode ter associação com o impuro. (MAYO, 1978, p.66).

A não associação com o impuro faz com os espaços da morte sejam receptáculos espaciais dos memoriais, não somente os de guerra, mas também os que tangem à construção o ideário de nação. Para tanto, Kong (2003) ao analisar os cemitérios de

Cingapura afirma “Há uma discussão, por parte dos autores, acerca das paisagens da morte como locais de debate, no período de pós-independência de Cingapura, objetivando o discurso da construção nacional” (KONG, 2003, p.51). Para a autora, os espaços da morte representam simbolismo no que diz respeito à construção de um povo e, como este mesmo se divide em grupos sociais distintos.

Kong (2003) vai além a sua análise, afirmando

> Como em diferentes áreas do mundo, os ritos reforçam os valores associados à estrutura social chinesa bem como mantém a linhagem, afirmam participantes (tanto na morte quanto na vida) pertencentes às suas comunidades étnicas, e ajudam restaurá-los todo dia em seu mundo (KONG, 2003, p. 55).

Posto isto, pode-se afirmar que os ritos e rituais dos espaços da morte apresentam intrínseca ligação com a estrutura social da nação, onde se encontram alocados tais espaços. Os cemitérios são concebidos, assim, pela ciência geográfica, como um lócus de reprodução das condições sociais que existentes outrora, em vida. Os espaços da morte circunscrevem-se no seio da construção do sentimento de nação, sendo expressas suas divisões sociais internas.

Kong (2003) aponta que os cemitérios chineses, uma vez localizados geograficamente, são considerados sacrossantos e, não pautáveis de intervenção estatal. Lógica que permaneceu até o século XX, com o advento do planejamento urbano moderno, onde Kong salienta “Com o advento do planejamento urbano moderno no século XX, os cemitérios são vistos enquanto ameaça dos princípios da economia baseados na gestão espacial e passam a ser vistos como espaços principais de destruição” (KONG, 2003, p.55).

Há a permanência da noção social, no sentido de construção da nação, dos cemitérios enquanto vetores de doença e da ocupação do solo urbano em detrimento de outros usos da terra, tais como: habitação, por exemplo. Na transição do período colonial para o pós-colonial, muda-se o modelo de gestão dos cemitérios, através da construção de crematórios, principalmente, buscando adesão da população chinesa, porém tal ação foi falha. Mesmo sendo construído um crematório municipal, a maioria

dos parentes de mortos chineses na independência de Cingapura optou pelo enterro formal, e não a cremação.

Instauram-se, desta forma, os estudos mais recentes da ciência geográfica em relação aos espaços da morte, dentro de um contexto marcado pelo simbolismo cultural e as modificações ou transformações dos espaços da morte. De um lado, temos o trabalho de Kong (2003), como o supracitado, na análise final acerca da transformação de cemitérios em crematórios, de outro lado tem Carballo (2012), que em uma análise na cidade Buenos Aires, na Argentina, vai afirmar que hoje há uma expansão dos chamados cemitérios-parques, ou cemitérios jardins.

Trazendo ao contexto da pesquisa, os memoriais são outras formas simbólicas que vem dotando os espaços da morte de um novo sentido, contextualizando-os aos tempos remanescentes ou recentes da história da construção de nação, ou do ideário de pertencimento de um dado povo, ou sociedade. O memorial, aqui em específico, resgata o período ditatorial, por qual o Brasil viveu entre as décadas de 60 e 80, do século XX, a partir da memória social dedicada aos militantes mortos encontrados, no cemitério de Ricardo de Albuquerque. O último subcapítulo irá descrever como ocorre esse período da história nacional brasileira, que no ano de 2011, acaba por culminar na construção do memorial descrito.

1.3. O golpe militar e a alteração das práticas sociais nos cemitérios periféricos da urbe carioca

Ainda pouco se sabe sobre o regime militar implantado no Brasil a partir do golpe de primeiro de Março de 1964. Até a nomenclatura golpe permanece como instável nesta dinâmica, hoje há militares e até cientistas humanos que discordam do nome golpe, segundo Lemos (2013), em aula, afirmando ter sido em suma uma “revolução”. Porém a Academia vem avançando, mesmo que ainda de maneira um pouco vagarosa sobre o assunto, fazendo permanecer a imaginária do golpe militar e as atrocidades provenientes deste. Porém, há fatos estudados que já são de comum acordo na ciência brasileira e, um deles é a prática da tortura durante o regime descrito, com

consequentes mortes e, muitos desses mortos tendo sido enterrados em valas não identificadas, de forma clandestina, configurando no objeto de análise aqui proposto.

O regime militar não se instala de maneira abrupta na América Latina, para tal, corrobora uma conjuntura, ou melhor, conjunturas. No âmbito internacional, o mundo era bipolar, dividido entre capitalistas e socialistas, os primeiros tendo os Estados Unidos como principal polo de poder e, os segundos tendo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) o seu principal polo de poder. Tal conjuntura criava o ideário na América Latina do "perigo vermelho", onde os Estados Unidos apregoava o medo da expansão socialista pela América, seguindo o exemplo cubano, com eventual alinhamento político e ideológico com a União Soviética.

Essa nuance mundial fez com que emergissem no continente americano um forte financiamento do governo estadunidense para com os exércitos nacionais de diferentes países latino-americanos. Não somente o medo do chamado "perigo vermelho" justificava tal financiamento, mas também era uma forma de manutenção do poder e controle dos Estados Unidos da América em relação aos seus vizinhos continentais, favorecendo-os em práticas econômicas, comerciais e, até mesmo, bélicas.

Posto isto, há um forte financiamento do capital internacional associado, termo cunhado por Dreiffus (1964), para explicar essa nova lógica. O autor afirma que existe a formação de uma nova burguesia no Brasil, que conjuntamente com o Estado nacional, absorve este capital internacional, via de regra de influência estadunidense, com ações efetivas de investimentos, controle e mudanças na economia e sociedade brasileira.

Essa burguesia brasileira advinha, em suma maioria, das antigas elites agrárias, que se encontravam derrotadas economicamente, sobretudo após a crise da superprodução econômica de 1929, com a quebra da bolsa de Nova Iorque. A elite até então extraia sua mais-valia, termo marxista do trabalho não pago, da mão de obra livre que trabalhava em suas lavouras de café. Já nesse momento da segunda metade do século XX, as antigas elites agrárias passaram a concentrar seus investimentos nos ramos industriais, da construção civil e, até mesmo, o midiático (emissoras de rádio e TV), como analisa Fernandes (1976).

Ainda na conjuntura interna, o Brasil havia passado por diferentes golpes malsucedidos, visto o de 1955, na transição do governo de Getúlio Vargas. Além disso,

o país deixava de ser rural e agrícola, perpassando a uma nova dinâmica urbano-industrial, conforme exposto acima. Segundo Fernandes (1976), os sucessivos golpes e a prática da tortura no regime militar que se instala em 1964 demonstram não haver uma hegemonia estabelecida, na acepção do termo de origem Gramisciniana. Este cenário interno facilitaria o golpe de 1964, agora com mais efetiva ação dos militares nos diferentes campos da sociedade brasileira, como afirma Cardoso (1972).

Sobremaneira, somando as perspectivas conjunturais aqui apresentadas, tanto no Brasil quanto demais países vizinhos latino-americanos irá se instalar o que Guillermo O'Donnel (1987) denominou de Estados Burocrático-Autoritários. Para o autor são características intrínsecas destes tipos de formações políticas as seguintes:

a) as posições superiores são ocupadas por pessoas que fizeram carreiras nas instituições complexas, tais como as Forças Armadas, o próprio Estado, entre outros;
b) são sistemas de exclusão política, na tentativa de fechar o acesso da camada popular ao Estado;
c) são sistemas de exclusão econômica, visto que reduzem ou propõe um futuro indeterminado à participação das camadas populares na vida econômica do país;
d) são sistemas despolitizantes, pois almejam reduzir a participação política e as questões sociais e políticas públicas;
e) correspondem a uma etapa de alterações nos mecanismos de acumulação de suas sociedades;

Posto isto, O'Donnel (1987) afirma que as camadas populares permanecem à margem do processo de mudança econômica, social e política durante o regime militar. Segundo Dreiffus (1964) os benefícios mais amplos concentram-se na classe média e, no que ele denomina como tecno-empresários, que passam a ter o poder de controle dentro do novo regime, sobretudo os capitais privados nacional e internacional.

Na realidade brasileira, o Estado Burocrático-Autoritário manifesta-se em diversas nuances apresentadas por O'Donnel (1987). Posto isto, o Brasil no decorrer do regime militar levou as camadas populares à extrema precarização social, mesmo tendo em vista o período do "milagre econômico", ocorrido entre 1968 a 1972; houve uma

intensa despolitização, onde os sufrágios passaram a ser indiretos; o cargo de presidente da República Federativa passou a ser ocupado por generais de carreira no exército brasileiro, entre outros.

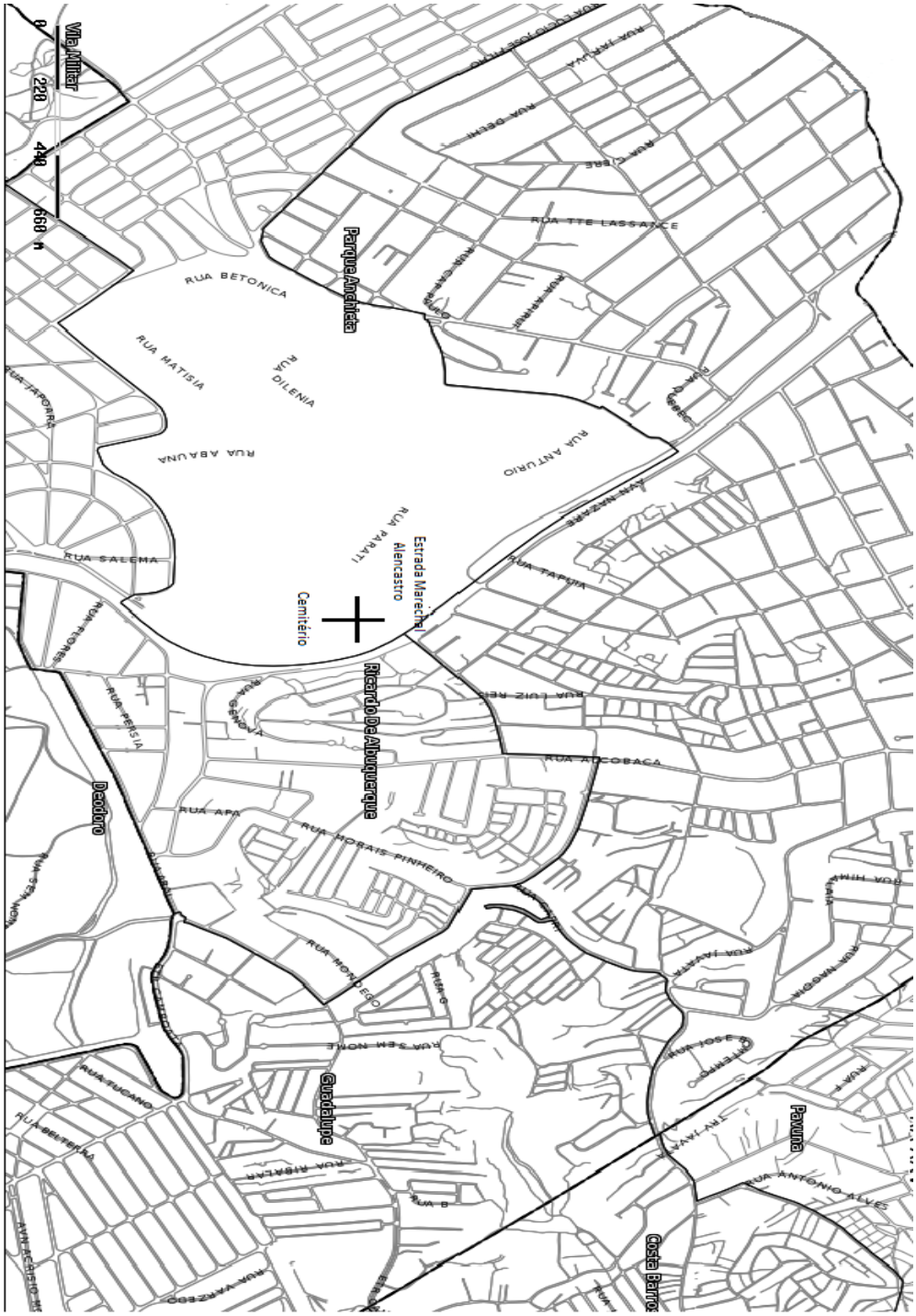
A formatação do Estado, balizada durante os diferentes governos militares, no período que compreende as décadas de 1960, 1970 e 1980 permitiu um escamoteamento político, social e econômico. Tendo como base de análise a prática da tortura, analisada por Fernandes (1976), comum aos diferentes governos, mesmo os não considerados de linha dura, muitos foram os mortos e desaparecidos do regime militar. Segundo Fernandes (1976), a prática de tortura era comum a fim da manutenção do poder militar sobre a sociedade civil e, ocorria de maneira obscura e clandestina nos chamados "aparelhos de repressão do Estado", que iam muito além do simples interrogatório, utilizando-se de choques elétricos, de afogamentos, entre outras práticas.

Aqui neste trabalho em específico, a ênfase dada é no cemitério de Ricardo de Albuquerque, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro e, conforme visto no aporte teórico da introdução, um bairro de periferia da urbe carioca. Para tanto, segundo Arns et all (1999), os cemitérios da periferia carioca são os principais locais de formação de valas clandestinas de mortos do regime militar, leia-se aqui os militantes comunistas ou supostos envolvidos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) principalmente. Neste sentido, os cemitérios periféricos, como o de Ricardo de Albuquerque, Santa Cruz e Cacuia transformaram-se nestes polos de absorção de mortos comunistas, visto a menor atenção social destinada aos mesmos, inclusive da mídia carioca e fluminense.

Como isto ocorre? Arns et all (1999) apresenta uma argumentação afirmando que estes espaços são afastados do centro da cidade do Rio de Janeiro, transformando-se em locais propícios para esconder os corpos provenientes da prática de tortura nos centros de repressão do exército localizados na urbe carioca. O cemitério de Ricardo de Albuquerque, em específico torna-se primaz neste contexto, visto sua localização entre as zonas Oeste e Norte da metrópole do Rio de Janeiro, além da proximidade com a Região Administrativa da Baixada Fluminense, áreas de pouca visibilidade, tanto do governo quanto da própria sociedade civil, conforme na figura 1 abaixo.

A foto reforça o descrito, pois mostra o cemitério de Ricardo de Albuquerque envolto entre bairros também periféricos, como: Anchieta, Pavuna, Vila Militar, Costa Barros, Deodoro. Posto isto, entende-se o porquê no decorrer das décadas de 60 e 70, períodos de maior repressão do regime militar brasileiro, o cemitério foi um lócus de absorção de militantes comunistas, sobretudos operários, estudantes, entre outros, que eram assassinados em um bairro da Zona Oeste afastado à época, o bairro de Jacarepaguá, conforme a tabela após a foto apresenta.

Figura 1 – Os limites territoriais do bairro de Ricardo de Albuquerque



Fonte: Google Maps, 2013.

Com o exposto, a tabela 2 abaixo vem corroborar com a explicação, onde há a nítida associação entre as mortes nos aparelhos de repressão das Forças Armadas, sobretudo o Doi-Codi – Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna – e o CISA - Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica distantes dos cemitérios descritos e, o "despacho" destes corpos sem identificação prévia nos espaços da morte da periferia, como maneira de esconder as atrocidades do regime militar.

Tabela 2 – Os catorze militantes comunistas identificados no cemitério de Ricardo de Albuquerque

Nome	**Filiação político-partidária**	***Status* anterior à identificação**	**Ano/local de desaparecimento**	**Ocupação profissional à época**
Ramires Maranhão do Valle	Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCRB)	Desaparecido político	1973 – Jacarepaguá – Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro	Estudante Secundarista.
Vitorino Alves Moitinho	Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCRB)	Desaparecido político	1973 – Jacarepaguá – Zona Oeste da cidade Rio de Janeiro	Estudante, bancário e operário.
José Bartolomeu Rodrigues de Souza	Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCRB)	Morto oficial	1972 – Doi-Codi/RJ*	Estudante Secundarista.
José Silton Pinheiro	Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCRB)	Morto oficial	1972 – Grajaú- Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro	Estudante Secundarista.
Ranúsia Alves Rodrigues	Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCRB)	Morto oficial	1973- Jacarepaguá- Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.	Estudante Universitária (UFPE**)
Almir Custódio de Lima	Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCRB)	Morto oficial	1973 – Jacarepaguá – Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro	Operário.
Getúlio	Partido Comunista		1972 –	Escriturário.

d'Oliveira Cabral	Revolucionário Brasileiro (PCRB)	Morto oficial	Doi-Codi/RJ*	
José Gomes Teixeira	Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8)	Morto oficial	1971-CISA/RJ***	Marítimo e funcionário público.
José Raimundo da Costa	Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)	Morto oficial	1971 – Doi/Codi/RJ*	Ex-sargento da Marinha.
Lourdes Maria Wanderley Pontes	Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCRB)	Morto oficial	1972 – "Aparelho de repressão" – Bento Ribeiro	Não declarada.
Wilton Ferreira	Vanguarda Revolucionária Palmares (VAR – Palmares)	Morto oficial	1972 – Cavalcanti – Zona norte da cidade do Rio de Janeiro	Não declarada.
Mário de Souza Prata	Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8)	Morto oficial	1971 – Campo Grande – Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro	Estudante de Engenharia.
Merival Araújo	Aliança Libertadora Nacional (ALN)	Morto oficial	1973 – Laranjeiras – Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro	Estudante.
Luiz Guilhardini	Partido Comunista do Brasil (PC do B)	Morto oficial	1976 – Vila Valqueire – Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro	Operário Naval e Ferreiro.

Fonte: Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais, Rio de Janeiro, Ano 24, n.74 – 2010.

*Doi-Codi – Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna.

**UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. ***CISA – Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica.

Desta forma, o cemitério de Ricardo de Albuquerque teve sua dinâmica alterada de maneira significativa, culminando anos após o fim do regime na descoberta de tais valas clandestinas. Por fim, das duas mil ossadas encontradas, segundo dados do Grupo Tortura Nunca Mais (2011), apenas as catorzes vítimas descritas na tabela acima foram identificadas e, postas lado a lado no memorial construído em homenagem à memória

das mesmas, conforme veremos no capítulo três. Assim sendo, o próximo capítulo estabelecerá a relação entre o cemitério, como espaço de densidade simbólica e os chamados lugares de memória, a partir da lógica de construção do memorial das vítimas da ditadura militar no cemitério de Ricardo de Albuquerque.

CAPÍTULO 2: FORMAS SIMBÓLICAS ESPACIAIS E OS LUGARES DE MEMÓRIA

A Geografia é uma ciência social que cuida de estudar a relação entre a sociedade e a natureza, nos seus mais intrínsecos processos culturais, econômicos, políticos e ambientais. Neste campo de análise, tem crescido o interesse pelos estudos culturais relacionados ao espaço, sobretudo no contexto da relação simbólica da sociedade com suas formas espaciais.

Este capítulo irá destrinchar o conceito de forma simbólica espacial, demonstrando a importância da subjetividade, no binômio afetividade ou não afetividade, dos grupos sociais em relação às suas formas construídas. As formas são dotadas de uma dada funcionalidade, o que as tornam um importante componente socioespacial.

Ainda mais complexo, será a discussão dos cemitérios enquanto importantes formas simbólicas espaciais, dentro de um contexto de valorização destes espaços, como forma de resgate da memória de uma sociedade. O cemitério expressa assim uma diversidade de sentimentos e sentidos, como angústias, felicidade, a relação passado e futuro, entre outros.

Findando, para completar esse roteiro estabelecido tem-se a teorização dos lugares de memória, expressão cunhada por Pierre Nora, na década de 1980, para possibilitar o entendimento da proliferação de construções de memoriais, sobretudo em cemitérios, como forma de resgatar uma memória social esfacelada. Escalarmente há a ênfase no objeto de estudo, que é delimitado pelo memorial das vítimas da ditadura

militar, no cemitério de Ricardo de Albuquerque, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

2.1 – O QUE SÃO FORMAS SIMBÓLICAS ESPACIAIS?

A forma é uma das categorias de análise do espaço, segundo Santos (2001), juntamente com a estrutura, função e processo. Porém, a forma não pode ser analisada *per si*, ela precede de uma função, possui uma estrutura, tendo sido construída por processos, tanto os da natureza quanto os da sociedade. Além do exposto, há também presente na forma, os símbolos, que expressam significados e são alvos de representações.

Segundo Lowenthal (1975), os símbolos possuem caráter de dualidade em sua existência. Para este autor, o símbolo relaciona-se diretamente com a questão temporal, sobretudo à associada ao passado. Em uma discussão de temporalidade e transformações da sociedade, Lowenthal afirma "Os símbolos possuem funções históricas duais: eles remetem ao passado e, necessitam do tempo e do passado para tornarem-se símbolos". (LOWENTHAL, 1975, p.11).

A representação simbólica irá configurar-se em uma espécie de conexão entre os membros de uma mesma cultura, ou de culturas diferentes. Os símbolos, gestos e hábitos culturais geram assim, ou precedem dos chamados sistemas de representação. Logo, segundo Hall (1997), existem dois sistemas de representações, sendo estes: um sistema de representação mental do mundo e outro posterior de formação de conceitos. O conceito de forma simbólica permeia a noção de construção mental de grupos ou de indivíduos a partir de suas representações socioculturais.

O poder simbólico é, segundo (BOURDIEU, 1989, p.8) "Com efeito, é esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem". Parafraseando Bourdieu – o poder simbólico estabelece uma ordem gnoseológica – que conforme visto em Hall (1997) estabelece a construção imediata do mundo, sobretudo o mundo social.

Os sistemas de representação se interrelacionam com o que Bourdieu (1989) denominou de sistemas simbólicos, sendo estes concebidos como instrumentos comunicativos e de formação do conhecimento, estruturados socialmente, dentro de uma perspectiva de poder estruturante. Na perspectiva dos filósofos e sociólogos neo-kantianos, como Panofsky (citado abaixo) e Durkheim, Bourdieu aponta

> A tradição neo-Kantiana trata os diferentes universos simbólicos, mito, língua, arte, ciência, como instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objetos, como formas simbólicas, reconhecendo, como nota Marx, o aspecto ativo do conhecimento. (BOURDIEU, 1989, p.8)

Assim sendo, os símbolos permeiam as formas simbólicas, fazendo com que os diferentes grupos sociais as interpretem e representem-nas de maneiras diferenciadas. As formas simbólicas podem ser celebradas, memorializadas ou contestadas, como aponta Corrêa (2008), acentuando seu caráter político e, também, sua relação com a noção de polivocalidade cunhada por Stuart Hall (1997), ou seja, a ideia de múltiplas vozes contestadoras sobre interpretações de diferentes esferas da vida, em específico, as formas simbólicas.

Segundo Hall

> O conceito de representação tem ocupado um novo e importante lugar nos estudos ligados à cultura. Representação conecta significado e linguagem à cultura. Representação é uma parte essencial do processo de produção de significados e de trocas entre membros de uma mesma cultura (HALL, 1997, p.15).

Hall (1997) constrói em seu trabalho o temário sobre diferentes segmentos acerca das representações, dividindo-os em três níveis: reflexivo, intencionalista e construcionista. Para tanto, no nível reflexivo o ser humano é capaz de apreender o que é autorrevelado, a transmissão da mensagem se dá pela forma simbólica, onde todos possuem interpretações similares; no nível intencionalista busca-se chegar às intenções do autor da obra, com a finalidade de interpretar as imagens; no nível construcionista, admite-se a polivocalidade, pois é sabido que uma mesma forma simbólica pode ser interpretada, segundo as matrizes culturais de diferentes grupos sociais.

Segundo Hall (1997), a constituição cultural diferenciada dos grupos sociais fará com que os mesmos tenham visões e interpretações distintas de formas simbólicas que lhe são comuns. Ainda neste campo de análise, Panofsky (2004), um dos pioneiros nos estudos de interpretação das imagens, discutiu já nos anos 40 do século XX, a diferenciação dos significados e suas relações com os atos de interpretação.

Panofsky (2004, p.47) aponta "Iconografia é o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma". Posto isto, segundo o autor, iconografia diferencia-se de iconologia, onde o mesmo aponta "Assim, concebo a iconologia como uma iconografia que se torna interpretativa e, desse modo, converte-se em parte integral do estudo da arte..." Panofsky (2004, p.54).

Panofsky (2004) estabelece, portanto, três diferentes modos de significados e suas relações com a interpretação. O primeiro deles é o significado fatual que é de natureza elementar e facilmente apreendido, dando origem a um significado ulterior denominado expressional, que se associa às nuances psicológicas do ser humano, ambos pertencem à classe dos significados primários ou naturais, onde o ato de representação é o pré-iconográfico, concebido como pseudoformal; a segunda categoria de significados é o secundário ou convencional, que abrange a análise do mundo das imagens, estórias e alegorias, ligando-se à iconografia, como maneira de análise das artes. Por fim, tem-se o significado intrínseco ou conteúdo, que constituem o que Cassirer (apud Panofsky, 2004) denominou de mundo dos valores "simbólicos", associando-se à iconologia, com a síntese maior que a análise.

Para as formas simbólicas, o significado intrínseco ou conteúdo, que possui como ato de interpretação a iconologia, torna-se de maior relevância. Pois se sabe que a iconologia escapa da limitação de mera análise, permitindo aos diferentes grupos que possam interpretar a forma simbólica, comparando-as com outras formas simbólicas existentes.

Assim sendo, na contemporaneidade houve uma expansão na construção das formas simbólicas provenientes das transformações sociais, culturais e econômicas, em um mundo cada vez mais dinâmico e mutável. Neste sentido, as formas simbólicas podem ser apreendidas, interpretadas e lidas como textos diferenciados para a análise de uma imagem, constituindo-se em um nível simbólico-cultural, segundo Barthes (1977).

O texto, neste caso, pode funcionar como uma metáfora para a análise da paisagem demarcada por uma forma simbólica. Demeritt (1994) aponta outras metáforas possíveis para análise da paisagem, sendo esta concebida como ícone, espetáculo, teatro, entre outros, demonstrando a ligação das formas simbólicas presentes na paisagem com diferentes interpretações humanas e, até mesmo, como estas dotam de sentido e se utilizam do espaço em que estão inseridas.

Segundo Choey (1992), neste contexto de análise monumental do espaço deve-se ter cuidado pela substituição do valor de um monumento enquanto forma simbólica e construção espacial dotada de memória, por valores arqueológicos ou estéticos. É a partir da expansão e criação de novos tipos de formas simbólicas, onde Choey (1992) afirma que durante a criação da Comissão dos Monumentos Históricos, na França, só havia três grandes categorias de monumentos associadas à Antiguidade Clássica, após a Segunda Guerra Mundial esse número decuplicou, gerando assim uma tendência homogeneizante no mundo. Assim, as formas simbólicas e, mais especificamente, os monumentos, segundo Choey (1992) requerem questionamentos quanto à sua construção no espaço, pois revelam nuances da sociedade que os criam, gerando suas condições sociais e as questões que em si encerram.

Neste contexto de consumo desenfreado do espaço pela expansão e criação de novas formas simbólicas, torna-se salutar a discussão e relação destas com a identidade do grupo social a que se destinam. No sentido da afirmação de Choey posta acima, temos no Brasil, a autora Luchiari (2005) que irá categorizar esta expansão monumental no espaço como um processo de espetacularização.

Para Corrêa, temos esta relação identitária expressa em

> Esses monumentos expressam os sentimentos estéticos do momento e constituem representações materiais dos profundos processos econômicos, sociais e políticos de um período de grandes transformações. Identidade e poder parecem ser as palavras-chave em torno das quais aquelas representações materiais foram produzidas. (CORRÊA, 2008, p.12).

Segundo Luchiari (2005), o espaço torna-se cada vez mais espetacularizado, devido à criação exagerada de objetos artificiais ou ficcionais, sobretudo nos espaços voltados ao consumo turístico. Para tanto, configura-se aí no que Choey (1992) afirmara

ser a perda da figura memorial das formas simbólicas no mundo contemporâneo, posto que para esta autora, os monumentos, além da figura memorial, possuem uma dotação histórica e historial, constituindo a base de análise monumental.

Sobremaneira, Luchiari aponta “Assim, as modernas técnicas de reprodução retirariam a aura dos objetos de arte e dos monumentos, e os objetos auráticos seriam apenas aqueles possuidores de originalidade, singularidade e permanência” (LUCHIARI, 2005, p.98). Traz-se ao debate à questão da aura da forma simbólica, tornando cada vez mais árdua a sua justificativa de existência espacial, posto a padronização das construções materiais atuais, no que tange aos monumentos, patrimônios e afins.

Reafirmando a tese de Choey (1992) e os sistemas de representação de Hall (1997) e Bourdieu (1989), Luchiari afirma “Ao contrário do que se imagina o capitalismo não destruiu os sistemas cognitivos que elegem mitos e símbolos para a interpretação do mundo. Ele acolheu esta construção social e associou à ela uma nova e vigorosa racionalidade econômica”. (LUCHIARI, 2005, p.96). Complementando com a noção de ligação ao passado e da importância no contexto de criação e existência das formas simbólicas, tal autora aponta “A condução à memória de um passado - vivo ou desvinculado das novas práticas culturais -, assim como a impressão de um novo valor cultural às formas pretéritas, ainda são a aura que envolve o patrimônio”. (LUCHIARI, 2005, p.98).

Conjuga-se, assim, esta noção associativa entre monumentos e formas simbólicas, pois Corrêa aponta

> Neste trabalho, os monumentos são entendidos como formas simbólicas grandiosas, por exemplo, estátuas, obeliscos, colunas e templos. Representações materiais de eventos passados integram o meio ambiente construído, compondo, de modo marcante, a paisagem de determinados espaços públicos da cidade. (CORRÊA, 2008, p.9).

Acerca desta relação, para o trabalho aqui posto, o monumento das vítimas da ditadura militar põe-se como uma imponente forma simbólica, visto não possuir um caráter meramente estético, mas sim dotado de sentido político. A forma simbólica, por assim dizer, expressa na construção de mundo de um grupo social seus anseios mais íntimos no que tange às suas relações políticas, culturais, artísticas.

Ainda neste campo de análise das formas simbólicas, Corrêa (2008) afirma que as formas simbólicas tornam-se formas simbólicas espaciais quando diretamente relacionadas ao espaço, constituindo-se em fixos e fluxos, isto é, localizações e itinerários. São diversas as construções que podem ser vistas como formas simbólicas espaciais, tais como: templos, palácios, shopping centers, cemitérios, entre outros. Ainda segundo Corrêa (2008) distingue-se de uma vestimenta, anel, brincos ou outro objeto de adereço humano. A relação entre a forma simbólica e o espaço estabelece-se em duas direções, onde a forma simbólica pode ser influenciada por atributos já existentes no espaço, ou conferir a este, novos objetos e fluxos, como aponta Corrêa (2008).

Segundo Corrêa (2005) as formas simbólicas possuem uma natureza política, o que culmina em processo acerca de uma política locacional das mesmas. Sobremaneira, as formas simbólicas possuem uma localização absoluta, um sítio e, uma localização relativa, determinada pela acessibilidade da forma simbólica. Ambas confluem e interferem na comunicação das mensagens das formas simbólicas espaciais para grupos sociais distintos.

De suma importância para esta análise, Corrêa em aula (2012), apontou que as formas simbólicas espaciais são dotadas de uma política de escala. Divide-se tal política escalar em três dimensões: absoluta, relativa e espacial. A primeira define-se pela dimensão física da forma simbólica espacial; a segunda refere-se às relações da forma simbólica com outras formas simbólicas existentes; a terceira compreende o alcance espacial desta.

As formas simbólicas representam assim a noção de poder estabelecida socialmente, em temporalidades distintas. O tempo influencia na forma simbólica espacial, trazendo a esta eventos, acontecimentos e fatos que podem alterar seus significados, ou (re) significá-la, usando de seus símbolos anteriores conjugados com símbolos novos ou emergentes. A adoção pelo grupo social em relação às formas simbólicas espaciais demonstra seu poder no conjunto da sociedade. Espera-se que as localizações e as mensagens geradas pelas formas simbólicas de grupos ligados às elites possam representar maior alcance espacial e poder de comunicação do que os ligados às camadas populares.

Discute-se assim, o que Bourdieu (1989) cunhou como poder simbólico, conforme visto no começo deste subcapítulo. No interior desta disputa de classes ou grupos sociais, as formas simbólicas servem a interesses individuais, porém travestem-se ao longo de uma dada temporalidade como um componente material e imaterial do espaço a serviço dos interesses coletivos ou universais.

Como aponta Bourdieu

> No entanto, num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico [...] (BOURDIEU, 1989, p.7).

O poder simbólico cria essa disputa entre as classes ou grupos sociais e sua forma de legitimação do poder no espaço. Surgem desta forma ideologias conflitantes entre a elite e as classes subalternas, por exemplo. No contexto da dissertação, exprime-se como os grupos sociais que serão analisados no capítulo três, familiares dos mortos na ditadura e a população do entorno do cemitério de Ricardo de Albuquerque, convivem, se relacionam e interpretam o memorial das vítimas da ditadura militar no cemitério em questão.

Por que isso? O poder simbólico, segundo Bourdieu (1989, p.15) “é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”. Posto isto, a ideologia de um memorial encontra-se na tensão entre criador e o seu ato de criação. O memorial não somente serve aos interesses de um grupo em específico, mas também as interesses de quem o criou.

Aponta Choey (1992), em sua discussão sobre patrimônios e monumentos, no campo das formas simbólicas espaciais, que estes são expostos às afrontas do tempo vivido. Eles são criados, geralmente, como forma de reviver e de resgate do passado, porém perpassam por dinâmicas temporais diferenciadas daquelas desejadas pelo seu criador e, também, podendo não mais servir aos interesses de outrora.

Choey afirma

> Contudo, os monumentos são, de modo permanente, expostos às afrontas do tempo vivido. O esquecimento, o desapego, a falta de uso, faz com que sejam deixados de lado e abandonados. A destruição deliberada e combinada também os ameaça inspirada seja pela vontade de destruir, seja ao contrário, pelo desejo de escapar a ação do tempo ou pelo anseio de aperfeiçoamento (CHOEY, 1992, p.26).

Segundo Bourdieu (1989), o poder simbólico necessita da legitimação, sintetizando o reconhecimento do poder estabelecido por um grupo ou classe social. O poder *per si* não emerge de uma prática meramente coercitiva neste caso, como o uso da força bruta, mas sim pela legitimidade social e simbólica alcançada por um grupo a partir do estabelecimento de sua forma simbólica circunscrita no espaço.

Torna-se evidente esta preocupação, quando analisado o memorial do trabalho aqui destrinchado. A luta de reconhecimento da memória reivindicativa dos opositores do regime militar no Brasil perpassa por um grupo de familiares que se concentra, em maioria, nas áreas mais ricas da cidade do Rio de Janeiro, porém a legitimação do poder ocorre em um cemitério localizado no bojo da periferia carioca, mas dotado do simbolismo a que se destina tal forma simbólica.

Segundo entrevistas, que serão expostas no capítulo três desta dissertação, a presidente atual do Grupo Tortura Nunca Mais[1] evidencia em sua fala esta preocupação mantenedora da ideologia ainda resistente, de um faro comunista, no Brasil, pela conquista da construção do memorial. A mesma diz assim: *"No dia 02 de Novembro, sempre temos que ter alguém do grupo lá, no cemitério de Ricardo de Albuquerque, pois isso nos torna presentes e demonstra nossa luta de anos."*

Logo, Bourdieu afirma

> O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder

[1]Grupo que combate a volta da ditadura e luta pelo reconhecimento de seus mortos

> simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma força oculta, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. (BOURDIEU, 1989, p.14-15).

A análise geográfica das formas simbólicas remete a duas formas principais: o poder e a identidade. O subcapítulo tentou minimamente esta discussão acerca da relação que uma forma simbólica pode trazer de poder social e da identidade dos grupos que a criam e, também, da sua relação com o espaço e o processo de apropriação simbólico.

Neste sentido, Corrêa afirma

> A análise geográfica dos monumentos pode estar centrada em dois focos: identidade e poder. Ambos manifestam-se de diferentes maneiras. Por meio da necessária espacialidade que têm, implicando localizações fixas, dotadas de longa permanência, os monumentos são poderosos meios de comunicar valores, crenças, utopias e afirmar o poder daqueles que os construíram. (CORRÊA, 2008, p.15).

Assim, na segunda parte deste capítulo será discutido o cemitério enquanto forma simbólica espacial, demonstrando as razões de sua existência e, o porquê de sua densidade simbólica. Como aponta (KONG, 2003, p.52) “Em geral, a organização social e a produção das paisagens da morte podem ser particularmente salientadas na afirmação do senso de identidade, quando este é entendido em termos sociais, religiosos, étnicos ou nacionais”.

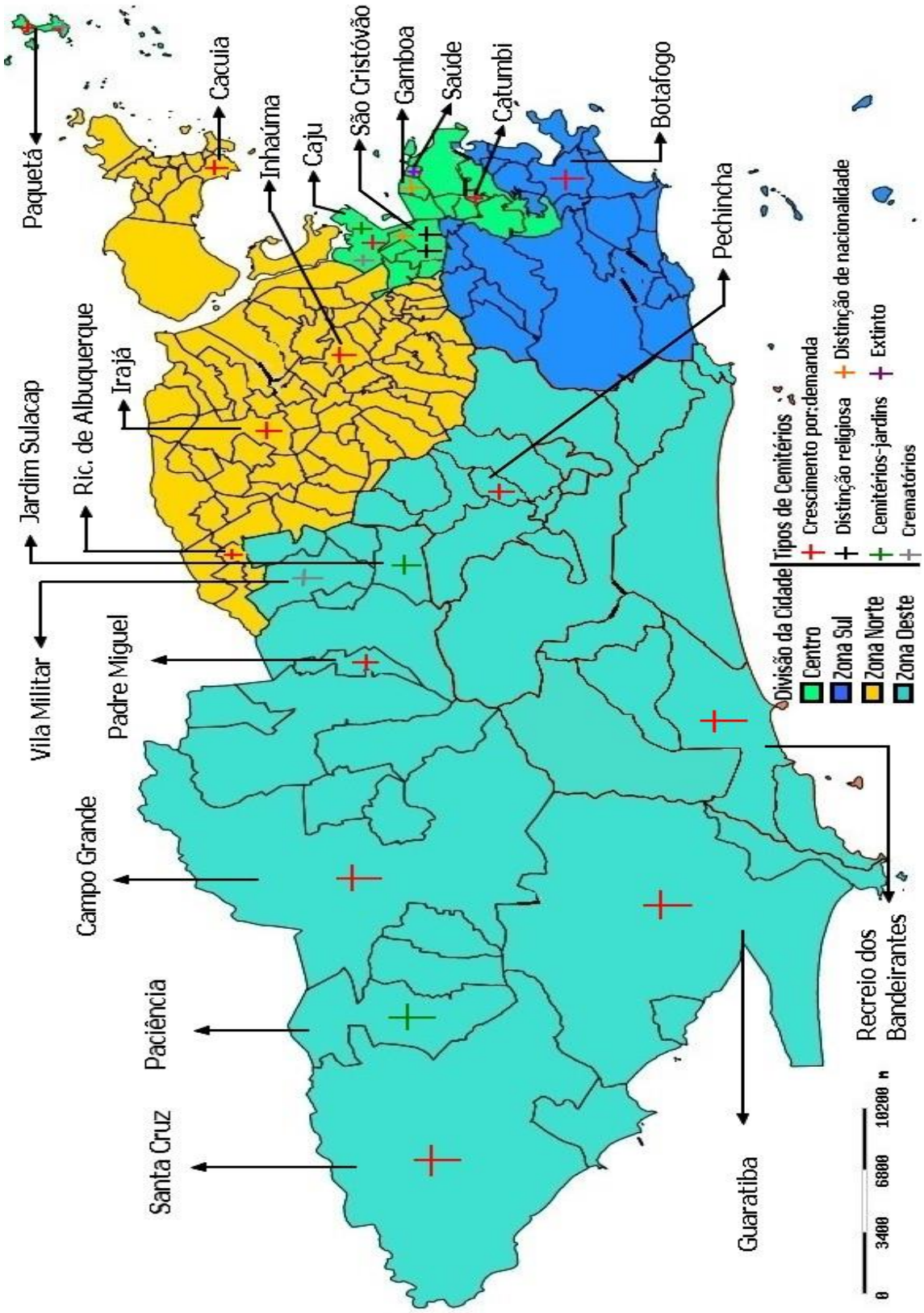
2.2. CEMITÉRIO: UMA IMPORTANTE FORMA SIMBÓLICA ESPACIAL

A geografia enquanto ciência ainda carece de estudos sobre cemitérios, sobretudo a análise destes no subcampo da geografia cultural, conforme vimos no capítulo 1. Já em 1955, William Pattison, geógrafo americano, foi um dos pioneiros nos estudos sobre cemitérios com cunho geográfico. Sua análise sobre os cemitérios de Chicago muito ainda contribuem para análise destas formas simbólicas espaciais.

Mesmo não adentrando na temática cultural, Pattison (1955) aponta que os estudos sobre cemitérios na geografia devem estar associados a três principais motivos: uso da terra, distribuição dos cemitérios no espaço e a necessidade de espaço para os mortos. Segundo Pattison (1955) os cemitérios possuem cinco razões principais para existirem, sendo estas: crescimento da demanda, distinção religiosa, distinção de nacionalidades, negação ao espaço de enterro (grupos sociais) e cemitérios a partir da mudança na arquitetura/decoração, conforme a tabela 1 apresentada no capítulo 1.

Alterando a perspectiva escalar, porém trazendo ao contexto da cidade do Rio de Janeiro, onde se encontra localizado espacialmente o cemitério de Ricardo de Albuquerque, concebido como recorte espacial do trabalho em curso, temos a exposição do mapa (1) abaixo representativo das distinções geradas a partir da concatenação de diferentes tipos de cemitérios, que surgem em temporalidades diacrônicas no espaço citadino da metrópole carioca.

Mapa 1 – Localização dos cemitérios na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Costa, Romulo (2013).

Bem como os demais cemitérios periféricos da urbe carioca, o cemitério de Ricardo de Albuquerque emerge neste contexto de demanda por acessibilidade, com enterros simples voltados para as camadas populares, devido à localidade ter em sua composição populacional moradores de classe média baixa, segundo dados do IBGE. Sobremaneira, distingue-se, por exemplo, enquanto forma simbólica espacial dos cemitérios religiosos ligados à igreja católica, como o cemitério da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, em São Cristóvão, que já possui em seu contexto de criação a dinâmica de enterro dos membros religiosos da ordem, como os padres.

Assim, os cemitérios, representativos da paisagem da morte, ocupavam o mesmo espaço que o destinado aos vivos nos grandes centros urbanos. Porém hoje se encontram em grande parte distanciados de tais centros, sendo localizados nas periferias dos espaços citadinos. Este afastamento dos cemitérios provocou a mudança de perspectiva social sobre a morte. Como aponta Gravari (1992), a descristianização do espaço, em específico o espaço da morte, fez com que surgissem novos modelos de enterros e cemitérios. Segundo Kong (2003) houve um rito de expansão dos crematórios, já Carballo (2012) aponta que houve o crescimento de cemitérios-parque, onde na literatura internacional se entende por cemitérios-jardins, **podendo-se afirmar uma nova razão para a existência dos cemitérios: as novas funções ou novos modelos de enterros, sugerido pelo autor deste trabalho.**

Segundo Francaviglia (1971), há neste caso a passagem na organização espacial dos cemitérios de uma lógica judaico-cristã, baseada no que o autor denomina de Hill Top, ou seja, da elevação da alma para Deus, passando para uma perspectiva, conforme visto em Carballo (2012) e Kong (2003), dos cemitérios-parques/jardins e os crematórios, respectivamente. A análise de Francaviglia (1971) resume-se na associação simbólica entre as formas arquiteturais da organização espacial e a dinâmica da sociedade à época.

Para tanto, Francaviglia (1971) divide a análise morfológica da paisagem do cemitério, tanto em relação à arquitetura quanto a organização espacial, em quatro períodos, a saber, sendo estes:

1° Período pioneiro (1850-1879) – período que revive a arquitetura gótica na América, tendo como principais monumentos: gótico, placas e formas de blocos;

2° Período Vitoriano (1880-1905) – mudança radical na arquitetura dos cemitérios, surgem os obeliscos e as formas tradicionais (colunas);

3° Período conservador (1906-1929) – aparecimento das formas geométricas simples, como os púlpitos e, popularização de formas existentes a outrora, como as formas de blocos;

4° Período moderno (1930-1970) – grande simplificação dos monumentos em cemitérios, com o surgimento do *raised-top inscription*.

Para o autor deste trabalho, sugere-se atualmente um quinto período, baseado nas extensões e grandes acontecimentos ocorridos, sobretudo, no final do século XX, como o findar do processo de descolonização, a Guerra Fria, a consolidação do pós-Segunda Guerra Mundial, o desmantelamento da Iugoslávia, diversidade de atentados terroristas, como o onze de Setembro, ocasionando uma expansão dos memoriais, pois como aponta (CORRÊA, 2005, p,27) "O memorial tem, assim, um significado político da história regional, sendo ao mesmo tempo elemento de uma paisagem valorizada economicamente".

Sendo assim, temos como o quinto período, complementar à obra de Francaviglia (1971), o seguinte:

Período memorial (1970 – dias atuais) – período memorial balizado nas construções de importantes memoriais que relembram as guerras, personalidades, fatos e mudanças no decorrer do século XX, sobretudo em seu final, concebido como a era dos extremos[2.]

Posto isto, Corrêa aponta

> A apropriação e a metamorfose do memorial situam-se na interface de conflito no qual estão em jogo elementos como poder e identidade, quer em sua dimensão de organização sociopolítica, quer como identidade nacional, ou ainda, como identidade religiosa (CORRÊA, 2005, p.32).

[2] Ver Eric, HOBSBWAN. "A era dos extremos. O breve séc XX: 1914/1991"